



Eixo Temático: Educação e Formação de Professores

FORMAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA: Uma Perspectiva Emancipatória do Currículo Escolar

TEACHER EDUCATION IN THE CONTEXT OF PUBLIC POLICIES FOR BASIC EDUCATION: An Emancipatory Perspective on the School Curriculum

Eva Teresinha de Oliveira Boff¹

Alisson Vercelino Beerbaum²

Marcia Ines Pasztetnik³

Gisele Coelho Böing⁴

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar tensões e desafios enfrentados para efetivação de políticas educacionais voltadas a formação de professores da Educação Básica, bem como investigar as potencialidades da (re)organização curricular Situação de Estudo (SE) como possibilidade de emancipação curricular. A SE fundamenta-se no referencial histórico cultural buscando uma educação crítica, reflexiva e capaz de compreender o mundo em sua complexidade. A pesquisa é qualitativa do tipo estudo de caso cujos dados foram obtidos por meio de questionários e análise de documentos (PNE, BNCC). Os resultados mostram que para enfrentar os desafios atuais é necessário maior articulação entre universidade e escolas bem como a constituição de coletivos que problematizam, estudam juntos e propõem novos modos de ensinar e aprender. Portanto, torna-se fundamental compreender e propor políticas de formação docente que considerem os professores na centralidade das discussões de processos formativos.

Palavras-chave: Situação de Estudo. Formação pela pesquisa. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Justiça Social.

ABSTRACT

The study aimed to examine the tensions and challenges inherent in the implementation of educational policies directed towards teachers in Basic Education, as well as to investigate the potentialities of the curricular (re)organisation known as the Study Situation (SS) as a pathway towards curricular emancipation. The SS is grounded in the historical-cultural framework, fostering a critical and reflective form of education capable of apprehending the world in its complexity. This research adopts a qualitative case study design, with data collected through questionnaires and the analysis of official documents, (PNE, BNCC). The findings indicate that addressing contemporary challenges requires a stronger articulation between universities and schools, alongside the formation of collectives that engage in critical inquiry, collaborative study, and the proposition of innovative approaches to teaching and

¹ Professora colaboradora do Programa de Pós Graduação Educação em Ciências: Química da Vida da Universidade Federal do Rio Grande do sul – evaboff@gmail.com.

² Pós-doutorando do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – alissonvbeerbaum@gmail.com.

³ Doutoranda Educação em Ciências UFRGS, professora da rede municipal de Santa Rosa, RS. marciainespasztetnik@gmail.com.



learning. It is therefore essential to conceptualise and advance teacher education policies that position teachers at the centre of discussions concerning formative processes.

Keywords: Study Situation. Research-based education. National Common Curricular Base (BNCC). Social justice.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta discussões que articulam políticas públicas educacionais com concepções de ensino que contribuem para superação de obstáculos epistemológicos relacionados ao processo de ensinar e aprender na educação básica. O objetivo é analisar as tensões e desafios enfrentados para efetivação de políticas educacionais voltadas a professores da Educação Básica, bem como investigar as potencialidades da (re)organização curricular Situação de Estudo (SE) como possibilidade de emancipação curricular.

Nosso entendimento é de que a formação pela pesquisa propicia a constituição de sujeitos críticos capazes de ler o mundo e entendê-lo em sua complexidade, com potencial de transformação da realidade em direção a uma sociedade mais justa e igualitária. Atualmente a instituição escolar não tem sido considerada como meio capaz de atender às demandas atuais, tanto em relação a rapidez imposta pelo mundo tecnológico quanto pela necessidade de uma formação docente capaz de atender a diversidade cultural frente a um país de acentuadas desigualdades sociais.

Por um lado, as políticas educacionais atuais têm estabelecido inúmeras metas para enfrentar os problemas relacionados com a qualidade do ensino, mas por outro lado, a complexidade da efetivação de tais políticas tem impedido avanços nos sistemas educativos. Esta tensão, entre o projetado e o efetivado pode ter origem nas diferentes ideologias de governo que não levam em conta as necessidades de efetivação de políticas de estado. Um exemplo pode-se verificar na alternância de diretrizes curriculares nacionais para os cursos de licenciatura no período de vigência do Plano Nacional de Educação 2014-2025, ou seja, três diretrizes em um período de menos de 10 anos (2015: foco na autonomia intelectual e valorização na carreira; 2019: foco na prática-aplicação da BNCC; 2024: alinhamento à BNCC sem perda de autonomia e indissociabilidade entre teoria e prática). Tais alterações impedem avanços na formação especialmente ao considerar apenas a visão técnica como destacado na diretriz 2019. Não negamos a importância da BNCC, mas entendemos que uma formação de



qualidade vai muito, muito além da aplicação de normas curriculares visto que a escola é um meio fundamental para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e competências sociais que sejam importantes para a vida. Neste sentido, a efetividade das políticas de educação básica ainda não tem alcançado suficiente para produzir impacto na qualidade da formação de professores e menos ainda nos níveis de aprendizagem de crianças e adolescentes em idade escolar.

Portanto, a escola precisa ampliar sua capacidade de preparar cidadãos capazes de pensar e aprender continuamente produzindo conhecimentos que possibilitem o exercício autônomo, com sujeitos emancipados cultural e socialmente. Isto significa que o/a professor/a precisa estar em permanente reconstrução de seu fazer docente.

Consideramos que o estudo, a elaboração e o desenvolvimento de propostas inovadoras, em coletivos, podem contribuir para a constituição de sujeitos capazes de desenvolver um pensamento complexo, conforme defendido por Morin (2015, p. 118). Para o autor o pensamento complexo é aquele capaz de “ultrapassar a confusão, o embaraço e a dificuldade de pensar com auxílio de um pensamento organizador: que separa e que religa”. Os desafios para a educação atual frente as novas tecnologias, bem como os inúmeros problemas ante a violência, a fome e as desigualdades, que têm impactado as sociedades e as escolas, impõem aos professores desafios quanto à aquisição de novos modos de ensinar e aprender.

Tais desafios foram ainda ampliados e visibilizados pela pandemia da Covid-19, colocando os/as docentes diante da obrigatoriedade de aprender novas modalidades de ensino. Mesmo, com os avanços na formação quanto à apropriação dos conhecimentos tecnológicos capazes de auxiliar nos modos de ensinar e aprender, verifica-se que as lacunas na construção de aprendizagem se ampliaram ainda mais e precisam ser sanadas a partir de novas propostas de ensino, não como mera aplicação de técnicas, mas como modo de refletir, analisar e identificar os problemas de aprendizagem na singularidade de cada aluno, mesmo diante de uma turma de 30, como afirma Schön (2000). Diante deste cenário, porém, verifica-se que o/a professor/a, no isolamento de suas salas de aula, não dará conta de situações singulares e complexas, presentes no espaço real de sala de aula, e que exigem a construção de aprendizagens que respondam aos desafios da diversidade, da desigualdade, da obtenção e da utilização dos recursos tecnológicos.



É com essa preocupação que propomos o estudo, o planejamento e o desenvolvimento de uma proposta de (re)organização do currículo escolar na concepção de Situação de Estudo (SE). A SE contempla aprendizagens essenciais para a formação crítica e emancipatória, pois sua característica central é ser produzida em coletivos de diferentes níveis de conhecimento, posto que é uma situação real identificada nos contextos de vivência dos alunos, rica conceitualmente para diversos campos da ciência e potencializadora da abordagem interdisciplinar dos conteúdos escolares (Boff, Del Pino, 2018). Por suas características de múltiplas interfaces de valorização dos saberes, constituídos nos diferentes espaços educativos, a SE é concebida, produzida, desenvolvida e analisada sempre na mediação de outros e dos próprios conceitos que começam a ser significados (Vigotski, 2013).

A SE também potencializa as orientações apresentadas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018) na produção de material didático e com os entendimentos necessários para o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TDIC). As orientações contidas na BNCC parecem favorecer um currículo emancipatório de acordo com as concepções de SE, uma vez que criam possibilidades de formação pela pesquisa na Educação Básica. É fundamental, também, no entanto, a constituição de espaços coletivos para situar o estudo dos conceitos disciplinares em contextos de relevância social, cultural e de saúde, rompendo com a fragmentação do conhecimento e promovendo a autonomia de estudantes e professores/as. Morin (2015) afirma que é necessário superar os saberes compartimentados entre disciplinas, que impossibilitam a visão dos problemas essenciais. É preciso, portanto, criar possibilidades para ligar os saberes e lhes dar sentidos, transformando pensamentos que isolam e separam em pensamentos que distinguem e unem.

Para contribuir no processo de ensino de aprendizagem objetivamos neste trabalho analisar os obstáculos, tensões e desafios enfrentados por professores da Educação Básica diante das lacunas de aprendizagem e crescente influência das tecnologias digitais, bem como investigar as potencialidades da (re)organização curricular Situação de Estudo (SE).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que envolveu dois momentos na produção de dados articulando: as vozes dos sujeitos envolvidos, os documentos oficiais e o referencial teórico. No primeiro momento foram analisados os documentos oficiais brasileiros voltados à formação



docente, tais como: Plano Nacional da Educação/PNE, 2014-2024 (Brasil, 2014); Relatório de monitoramento do PNE (Brasil, 2025); Base Nacional Comum Curricular/BNCC (Brasil, 2018).

No segundo momento foram analisadas as respostas de dois questionários submetidos a professores de Educação Básica do Rio Grande do Sul. O primeiro questionário (Q1) foi respondido por 32 professores e o segundo Q2 respondido por 210 professores de diferentes regiões do RS. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Regional do Noroeste do RS sob o parecer nº 6.671.551 (Q1) e pelo Comitê de Ética Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob parecer nº 6.595.693 (Q2). Para preservar a identidade dos sujeitos, de acordo com os preceitos éticos, os/as professores/as de educação básica foram nomeados/as com as siglas que indicam o questionário (Q1 ou Q2) e a letra P seguida de numeração (Q1P1, Q1P2 ... Q1Pn ou Q2P1, Q2P2 ... Q2Pn).

O referencial teórico que fundamentou a análise teve como base argumentos de Vigotski (2013) que discute a importância da constituição humana por meio das interações sociais e Tardif e Moscoso (2018) que questiona sobre o conceito de reflexão cunhado por Donald Schön propondo repensar sua interpretação e uso, sobretudo no estudo do trabalho docente e na formação dos professores. Esses e outros autores contribuem significativamente para os fundamentos teóricos da análise pois, a prática reflexiva se constitui em um eixo estruturante na formação docente, bem como para uma educação que vise a justiça social.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Defendemos que uma proposta de inovação curricular, com os fundamentos epistemológicos e práticos que balizam a “SE”, pode cooperar para um desenvolvimento curricular que permita minimizar obstáculos, tensões e desafios enfrentados por professores da Educação Básica, diante das lacunas de aprendizagem de seus alunos. Assim, pode-se potencializar o desenvolvimento de um ensino compatível com as necessidades atuais da sociedade em seus espaços reais de salas de aula, posto que a SE potencializa a formação pela pesquisa rompendo com as barreiras do ensino meramente centrado na racionalidade técnica conforme expressa Q1P10: “*A pesquisa permite um desenvolvimento de múltiplas capacidades, sendo fundamental para o processo da aprendizagem. Os limites estão na questão física, para acontecer a pesquisa atualmente, é necessária uma boa estrutura de Internet*”. Para superar as dificuldades encontradas, portanto defendemos que o trabalho coletivo e sistemático compõe



a essência para a efetividade de ações inovadoras que produzam avanços na qualidade da educação.

Quanto as políticas públicas voltadas a formação docente destacamos que as metas 15, 16 e 17, que tratam da formação adequada ao nível de atuação profissional e valorização docente, tanto na qualidade da formação quanto na melhoria das condições de trabalho, remuneração digna, formação continuada e reconhecimento social, não foram atingidas em sua plenitude. A análise do relatório de monitoramento do PNE 2014-2024 (Brasil, 2025) mostra que apenas as metas relativas à formação docente do nível superior foram atingidas para além das metas estabelecidas. Entre as metas destaca-se a meta 17 que trata da equiparação salarial do magistério com outros profissionais com a mesma formação ainda distante de alcançar.

A baixa valorização salarial do magistério da educação básica, profissionais que entram e saem da carreira com praticamente a mesma remuneração é um dos fatores de impacto que inibe a atratividade pela profissão docente. Pois, o reajuste médio do magistério foi de apenas 494,00 no período de 2012 a 2024 equivalente 10,18% em 12 anos. Já a média salarial dos demais profissionais teve perda de 16,49% passando de R\$7.440,00 (2012) para 6.215,00 (2024), (Brasil, 2025) portanto a renda mensal dos professores se aproximou dos demais profissionais, mas apenas pela perda salarial de tais profissionais. Com isso verifica-se que se realmente as políticas visam valorizar os docentes pela comparação entre todos profissionais com mesma formação, o cálculo não deveria ser somente a comparação numérica e sim um percentual de aumento real condizente ao menos com inflação.

Em 2026, o piso nacional do magistério foi fixado em R\$ 5.130,63 para 40 horas, no entanto a média salarial nos estados brasileiros varia significativamente sendo o maior valor salarial Mato Grosso do Sul com salário inicial de R\$13.000,00 sendo que o Rio Grande do Sul está entre os cinco estados brasileiros com menor média salarial (5.111,00) acima apenas de Santa Catarina, Piauí, Minas Gerais e Rio de Janeiro, este último com a menor média salarial brasileira (R\$4.867,00), conforme dados do Movimento Profissão Docente, de março de 2026.

Os/as docentes de educação básica manifestam inúmeras implicações para efetividade de um ensino de qualidade (condições de estudo coletivo, baixa remuneração salarial, infraestrutura insuficiente, violência nas escolas, formação inadequada para lidar com a



diversidade, pouco envolvimento das famílias dos alunos, pouca interação entre universidade e escola, culpabilização pelos baixos resultados de aprendizagem) e que tornam a profissão docente pouco atrativa. Ao questioná-los sobre os desafios da profissão docente 50% dizem se sentir muito desvalorizado e pouco reconhecido pela sociedade, conforme expresso a seguir:

A atuação docente precisa ser mais valorizada para que os professores retomem o amor por seu trabalho, pois vejo muitos colegas desmotivados desenvolvendo trabalhos muito aquém de suas capacidades e formação (Q2P40).

Eu penso que a universidade, a formação de professores precisa se aproximar mais da realidade das nossas escolas (Q2P1).

Há necessidade de atualização do currículo nas instituições de ensino superior (Q2P2).

Me parece que a academia está distante da escola. As universidades públicas precisam entrar nas escolas e acolher as demandas e as mudanças que ocorrem na escola (Q2P3).

Pensar um programa de formação continuada de acordo com as demandas da escola. Falta formação continuada presencial (Q2P5)

Infraestrutura das salas com certeza dificultou muito meu trabalho no PIBID e estágios (Q2P30).

As aulas precisam ser de qualidade, precisam ser planejadas independentemente se os estudantes são indisciplinados (Q2P25).

Acredito que todas as salas deveriam ser equipadas com pelo menos um projetor, pois é necessário apresentar imagens aos alunos, vídeos que os fazem interagir mais e também buscam maior aprendizagem. Além de um laboratório, com itens básicos, para podermos fazer praticas biológicas (Q2P45).

Ao analisar as narrativas dos/as professores/as verificamos diferentes implicações para efetivação de um trabalho de qualidade. Desde a desmotivação salarial até as condições adequadas de trabalho. As políticas educacionais contemporâneas reconhecem a necessidade da valorização do trabalho docente bem como os questionamentos de Tardif e Moscoso (2018, p. 392) manifestam que as encruzilhadas éticas e políticas do trabalho docente envolve uma multiplicidade de fatores como os “conteúdos de ensino, as relações com os alunos, as dificuldades na gestão da aula, as desigualdades escolares”. Tanto as políticas educacionais quanto as narrativas docentes evidenciam inúmeros desafios visto que a educação se constitui o único meio de transformação de uma sociedade democrática e mais justa. Para isso a docência exige capacidades de criar possibilidades de construção de conhecimento que permita a transformação social, um pensar crítico que analisa sua própria prática à luz de conhecimentos científicos.

No entanto, professores/as chamam atenção sobre a necessidade de compartilhamento de ideias e práticas com outros, conforme defende Vigotski (2013) ao afirmar que as



aprendizagens são internalizadas a partir das interações sociais. Neste sentido, as diferentes esferas educativas defendem a importância das interações entre universidade e escolas. Este é um aspecto central na produção e desenvolvimento de SE, para discutir coletivamente entre educadores com diferentes níveis de formação e atuação profissional.

Por outro lado, ser professor atualmente demanda inúmeros desafios visto que o ensino se transformou em um problema para “enfrentar as múltiplas escolhas que não são estritamente determinadas pela instituição, a sociedade ou as tradições”. Ensinar exige reflexividade sobre a “própria atividade profissional e identidade” (Tardif; Moscoso, 2018, p.403). Os autores argumentam que os atores sociais se encontram, em tensão entre suas práticas cuja reflexão ocorre por meio de um processo de decomposição e recomposição de suas identidades. Esta tensão se vincula à formação docente que não tem dado conta de preparar docentes para enfrentar a diversidade de funções desempenhadas na escola atual (instituição familiar, diversidade cultural, emocional, econômica, tecnologias), conforme destaca Q2P55 “*não me sinto preparado para enfrentar o que eu estou enfrentando; a questão do aluno que faz o enfrentamento; muitos problemas também na questão da inclusão, a diversidade, racismo, alunos com deficiência*”. Assim, “o profissional do ensino está confrontado a uma situação de trabalho particular, o trabalho com o outro dentro de grupos de alunos. Isso significa que não basta refletir sobre sua “prática”, como afirma Schön (2000) mas de uma prática profissional vivida e compartilhada com outros, uma prática que precisa ser reconhecida pelos seus pares e pela sociedade como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados mostram que para enfrentar os desafios atuais é necessário maior articulação entre universidade e escolas bem como a constituição de coletivos que problematizam, estudam juntos e propõem novos modos de ensinar e aprender. Esta é uma das características fundamentais da produção e desenvolvimento de Situação de Estudo.

No que se refere as políticas voltadas para a formação docente percebe-se avanços significativos, porém existem dificuldades na sua efetivação conforme indica o painel de monitoramento do PNE (2025), visto que somente na formação de professores do ensino superior (Meta 13) atingiu os resultados esperado em sua plenitude. A análise mostra um certo



descompasso entre o proposto nas políticas de formação e a realidade dos sistemas de ensino. Por um lado, a sociedade culpabiliza os/as professores/as pelos maus resultados das avaliações cuja responsabilidade sobre a qualidade da educação recai apenas nos professores. Por outro lado, os professores argumentam que os espaços formativos não existem ou não atendem as necessidades da escola. Deste modo, torna-se fundamental compreender e propor políticas de formação docente que considerem os professores na centralidade das discussões de processos formativos. É fundamental ouvir aqueles que estão diretamente envolvidos nos diferentes níveis de ensino. A análise revela tensões e problemas que os/as professores/as enfrentam na experiência de seu trabalho. Portanto, é indispensável repensar as condições de trabalho docente e que formação estamos disponibilizando para de fato preparar cidadãos emancipados capazes de transformar a realidade de modo a torna-la mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

BOFF, Eva Teresinha de Oliveira; DEL PINO, José Claudio. **Processo Interativo de Formação Docente**: uma perspectiva emancipatória na constituição do currículo escolar. 1.ed. Curitiba: Appris, 2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Conselho Nacional de Educação, [S. l.], 2018. Disponível em: <http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/>.

BRASIL. **PNE - Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/2014**. Conselho Nacional de Educação, Brasília, 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>.

BRASIL. **Relatório do 5º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2024**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Inep, Brasília, p. 625, 2024.

MORIN, Edgar. **Ensinar a Viver**. Manifesto para mudar a educação. Porto Alegre: Sulina, 2015.

SCHÖN, Donald A. Educando o profissional reflexivo. Um novo design para o ensino aprendizagem. Tradução COSTA, Roberto Cataldo. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

TARDIF, Maurice; MOSCOSO, Javier Nunez. A Noção de “Profissional Reflexivo” na Educação: Atualidade, Usos e Limites. Tradução Schilling, Cláudia. Cadernos de Pesquisa v.48 n.168 p.388-411 abr./jun. 2018.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. Tradução Paulo Bezerra - 2ª edição. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. (Textos de psicologia).;